

Sarney espera o "sim" do Congresso

5 MAR 1986

por José Casado
de Brasília

O presidente José Sarney ficou realmente impressionado com os primeiros efeitos do programa de estabilização econômica: "O dólar no mercado paralelo caiu muito e as bolsas de valores dispararam", comentou, sorridente, ao receber quarenta parlamentares do PFL, ontem à noite, no Palácio do Planalto.

Os políticos foram ao presidente para homenageá-lo. Sarney surpreendeu-os ao discutir, em profundidade, alguns aspectos básicos da reforma monetária, justificando decisões como a de se evitar o tabelamento de juros — algo ininteligível para a maioria dos congressistas.

"Não é necessário, por enquanto", argumentou o presidente, "o governo possui uma série de instrumentos para manter o controle dos juros e já os está utilizando. Não vamos aceitar taxas no patamar anterior, de 30% reais, mas vamos trabalhar para

manter a média nacional dos juros na faixa de 15%, o que é aceitável para o setor produtivo, e você sabe disso."

Dirigia-se ao deputado Paulo Lustosa (PFL-CE), economista e ex-ministro da Desburocratização. Lustosa, então, sugeriu-lhe que o governo concentre esforços, também, na explicação ao Congresso sobre a política salarial. "Juros e salários são dois pontos do 'pacote' sobre os quais existem muitas dúvidas para os congressistas; eu mesmo estou tentando ajudar, explicando, mas é preciso um esforço extra", ponderou.

O governo conta com boa margem de tranqüilidade para fazer passar no Congresso o Decreto-lei nº 2.283, que instituiu o programa de estabilização econômica. Sarney está convencido de que há segurança de dois terços para aprovação, nos próximos quarenta dias.

Porém, o presidente insiste em não deixar dúvidas sobre a dimensão e a

profundidade da reforma e, sobretudo, em sua lisura no redirecionamento da política salarial. Assim, o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, reservou a tarde de hoje para uma longa conversa com deputados e senadores de todos os partidos. Ontem, uma equipe de economistas da Fazenda, Seplan e Trabalho antecipou-se nas explicações aos congressistas. Mas não conseguiram êxito pleno.

Os deputados José Lourenço e Pimenta da Veiga, líderes do PFL e do PMDB, respectivamente, entendem, no entanto, que o governo dispõe de sólidos argumentos para evitar manifestações crescentes de ceticismo no Congresso.

Depois dos economistas e do ministro Funaro, todos os ministros deverão ir ao Congresso, em dias alternados. O presidente está interessado na aprovação quase unânime, e o escritório parlamentar do ministro Marco Maciel já trabalha com esse objetivo.